

## CARTA DE GRAMADO

A Juventude do PMDB do Rio Grande do Sul, reunida no dia 22 de agosto de 2015, na cidade de Gramado, em conjunto com a Fundação Ulysses Guimarães e sob a orientação do Prof. Joel Maciel, debateu a temática “políticas de acesso à educação”, chegando às seguintes considerações.

Entendemos que um dos maiores gargalos no sistema educacional do Brasil hoje é a necessidade de reestruturação no sistema de gestão das entidades de ensino público. Um sistema de qualificação continuada, voltado a professores e gestores da educação, aliado a uma fiscalização eficiente, é o melhor caminho para alavancar os índices que mensuram a qualidade do ensino brasileiro.

Há de se estudar caminhos para eliminar o excesso de burocracia no serviço público. Alguns entraves, muitas vezes, tornam o setor público lento e suscetível à atuação de agentes mal intencionados. Um serviço público mais ágil, moderno e eficiente abre as portas para fazer da educação brasileira uma ferramenta de ascensão e inclusão social desde o ensino básico até a educação superior. Sob tal ótica, os governos precisam, em todos os níveis federados, priorizar políticas de estado e dar menos atenção para políticas de governo, de mera ideologia. As administrações que priorizaram políticas ideológicas de governo faliram com a estrutura estatal e nos fizeram chegar ao ponto em que temos currículos e métodos pedagógicos ultrapassados no sistema educacional.

Não podemos ter preconceitos em buscar novos modelos de gestão para adotar, inclusive observando os da iniciativa privada. Um dos melhores caminhos para fazer com que os serviços públicos funcionem, sem sucatear o poder estatal, é a parceria público-privada. Neste sentido, é totalmente aceitável e recomendável que a iniciativa privada possa colaborar com a melhoria, por exemplo, da infraestrutura das escolas públicas. Os modelos de parcerias e concessões garantem serviços de qualidade à população, fazendo com que o estado entregue saúde, segurança e educação de qualidade, sem retirar do estado a titularidade do serviço prestado.

Acreditamos que é possível trabalhar a gestão educacional com mapeamento dos problemas e apresentando soluções de curto, médio e longo prazo, para garantir uma educação que realmente prepare o aluno para a vida. Para tanto, também é interessante adotar a avaliação e acompanhamento dos professores, identificando suas dificuldades e auxiliando na superação. Isto é importante para que consigamos superar sérios problemas de uma realidade alarmante que bate à nossa porta. Conforme informação levantada pelo “Movimento Todos Pela Educação” a partir da Pnad 2013, 46% dos alunos que ingressam no ensino médio não chegam a concluí-lo até os 19 anos. Deste cenário, uma grande parcela recorre aos exames supletivos para garantir um diploma e ter acesso ao mercado. O problema é que a maioria dos supletivos pagos desqualifica o aluno na corrida pelo acesso à universidade e na busca de políticas públicas como o PROUNI e o FIES.

Segundo o Instituto Paulo Montenegro, outro indicador que acende a luz de alerta no âmbito da educação pública é que cerca de 75% dos brasileiros entre 15 e 64 anos não conseguem ler e escrever de modo satisfatório e pleno. De acordo com o IBGE, o número de analfabetos

funcionais é de cerca de 30 milhões. Acreditamos que dentre os fatores que levaram o país a esta situação está o crescimento de métodos pedagógicos com doutrinação políticoideológica, com menor foco no aprendizado eficaz e com quase nenhum debate sobre políticas de estado sustentáveis. Faz-se necessária uma discussão sobre as novas pedagogias e sobre a inclusão da temática da cidadania, focada no estado democrático de direito, no currículo das escolas públicas brasileiras. Ainda estamos formando cidadãos que cobram direitos, mas que não tem clara a necessidade do exercício dos deveres. Esta situação impõe-nos a necessidade de ampliar esforços para qualificar a educação básica e fazer desta qualificação a maior ferramenta para ampliar o acesso à educação superior. Quando a educação infantil, a fundamental e a média são sólidas, construtivas e qualificadas, o acesso ao ensino superior torna-se um caminho menos difícil.

Uma boa forma de potencializar a qualidade das instituições públicas de ensino é a adoção das notas do Ideb, com metas a serem atingidas, e fazer delas um estímulo para a comunidade matricular os alunos nas escolas com bons índices. Toda a escola deveria publicizar seus indicadores do Ideb para conhecimento da comunidade. Isto levaria as instituições de ensino a priorizar a luta por maior qualidade, tanto em infraestrutura quanto em uma metodologia pedagógica moderna, eficiente, que entregue à sociedade alunos capacitados e com potencial para ajudar o país a crescer em todas as áreas.

Ainda no sentido de qualidade de gestão, acreditamos que está na hora de começar a debater a meritocracia no serviço público e, no caso específico, na educação. Já existem exemplos de bons resultados, como a estratégia desenvolvida pelo Governo de Minas Gerais, desde 2003, baseada na gestão para resultados e valorização dos servidores. Com mecanismos eficientes, é possível desmistificar a meritocracia não somente dentro da sala de aula, mas em todo ambiente educacional, desde que se entenda e se pondere a realidade da instituição de ensino. Fazer um diagnóstico bem feito, identificando os potenciais e as deficiências do ambiente escolar é um caminho para planejar metas e buscar resultados valorizando a capacidade de professores, servidores e alunos. Com avaliação permanente, planejamento, ajuste de acordo com a realidade local e buscando metas possíveis de serem cumpridas, a meritocracia pode deixar de ser um mito que assombra o setor público, especialmente no âmbito da educação. O estímulo à qualificação tanto do aluno como do professor e do servidor é a melhor alternativa para garantir um ensino de boa qualidade. O aluno precisa sair da escola sabendo aquilo que estudou, e o professor que cumpre com esse compromisso precisa ser reconhecido.

Outra questão que merece atenção no que diz respeito às políticas de acesso à educação é que o atual sistema de cotas precisa ser debatido e revisado. O sistema de cotas sociais tem potencial para ser mais eficiente do que o sistema atual, sem correr risco de excluir ninguém das políticas de inclusão, especialmente aqueles que mais precisam, e sem provocar as questões polêmicas que são enfrentadas hoje pelos beneficiários das cotas do modelo atual. A renda e o poder aquisitivo devem ser o maior critério balizador para o acesso às políticas de inclusão e justiça social, atingindo com maior eficiência a máxima que prevê o tratamento desigual entre os desiguais, oferecendo maiores oportunidades a quem tem menor poder econômico.

Para concluir, não podemos deixar de registrar enorme preocupação com o retrocesso que sofre o programa de financiamento estudantil, o FIES, outro reflexo da má gestão pública na educação. Uma reforma desta política é necessária, e isto passa pela luta pela regulamentação do FIES. Esta é a forma de garantir que o FIES seja uma política pública de estado e não de governo. A falta de regulamentação abre brechas para os imensos cortes que ocorreram no programa, prejudicando a vida de milhares de estudantes que dependem do financiamento para concluir a faculdade. O FIES é uma conquista dos estudantes brasileiros, jovens que não podem ter seus sonhos interrompidos e prejudicados pela má gestão fiscal de um governo.

Gramado, 22 de agosto de 2015.